



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS: A SERVIÇO DE QUE(M)¹?

Área temática: Educação

Araton Cardoso Costa¹, José Geraldo Soares Damico²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Educação Física

A extensão universitária é tida como parte fundamental e articuladora junto ao ensino e a pesquisa, formando o chamado tripé característico das instituições públicas de ensino superior. A partir da minha experiência enquanto extensionista e da observação da realidade do curso de Educação Física da UFRGS, problematizo o modo como se organizam e são disponibilizadas as muitas atividades de extensão deste curso. Este estudo, de caráter qualitativo-quantitativo, classifica e cataloga as atividades de extensão a partir de dados recolhidos junto a COMEX-EsEFID e PROREXT. Relaciono esse panorama com a revisão de literatura, a luz de um apanhado histórico-conceitual da extensão e dos compromissos da universidade pública brasileira. Tomo como referencial, além do conceito de experiência de Jorge Larrosa Bondia, os de extensão de Edinaide Jezine, Paulo Freire, José de Melo Neto e Pedro Cruz, propondo uma reflexão crítica da prática extensionista. Deparo-me com uma considerável parcela de atividades destinadas à comunidade, entretanto realizadas dentro da instituição, não entrando em contato com a realidade local. Impondo, desta forma, uma política de arrecadação, na qual cobra pela participação nas atividades, construindo uma lógica de prestação –assistencialista- e venda –mercantilista- de serviços. Saliento a necessidade de romper os muros da universidade,

¹ Esse escrito é resultado do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRGS, que teve como orientador o Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico. O formato de escrita (em primeira pessoa) reconhece a singularidade e o protagonismo do estudante na construção do trabalho, como parte de sua formação, e apresenta o docente enquanto facilitador/provocador de um processo de escrita (guiada). Assim, considero este um “trabalho científico” que escapa à norma.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



aproximando as comunidades, com base no diálogo, respeitando e valorizando os saberes populares; para que se construa, assim, uma instituição calcada nos interesses da população que não tem acesso aos saberes e conhecimentos produzidos no âmbito da universidade e caminhando rumo a uma efetiva transformação social.

Palavras chave: Extensão; Popular; Universidade; Educação Física

1. Introdução

Esse escrito está diretamente relacionado à minha experiência e percurso dentro da universidade. A palavra experiência aqui colocada é revestida de significado e visões singulares, pois tomo o conceito de Larrosa (2002), que propõe uma nova forma de pensar a educação, a partir da experiência, que considera cada vez mais rara por diversos fatores, como a necessidade de estar informado sobre tudo (informação), opinar sobre tudo (opinião), ter-se pouco tempo e trabalhar-se muito. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca (p. 21) e ao passar nos toca e nos transforma (p. 26).

Durante os (des)caminhos da minha formação, pude compreender que “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 38), não é neutra e se coloca embasada em pressupostos políticos, ideológicos e epistemológicos, sendo possível se colocar na posição de reprodução ou de desmascaramento (idem).

Inicialmente destinada às elites, a universidade aos poucos evidenciou certa abertura a setores mais populares. Apesar da chegada, ainda que diminuta, das parcelas mais carentes da sociedade, permanecem as críticas de movimentos sociais, grupos políticos, movimento estudantil e intelectuais à universidade e seu caráter elitista, de modo que não permite que seja adicionado um caráter popular ao epicentro de produção do conhecimento humano

Ao longo do tempo, visando entre outros objetivos reduzir as críticas/acusações de uma universidade “para a elite”, surgiram formas/interações que “permitiriam” o acesso ao conhecimento daqueles que não conseguiriam chegar até a estrutura de ensino (propagação

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



do conhecimento) e pesquisa (produção do conhecimento) da universidade: a extensão. Ela seria responsável por estabelecer uma relação de contato com a comunidade, permitindo o acesso ao conhecimento através da “troca de saberes”, viabilizando certa “interferência” no processo de produção do conhecimento na universidade (FORPROEX, 1987).

Ao observar algumas ações de extensão na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS (EsEFID), tive a impressão de que grande parte das atividades de extensão mais “conhecidas” e procuradas, “disponibilizadas” à comunidade, era paga. Se a universidade em que eu estudava era pública, logo financiada com dinheiro de impostos dos trabalhadores, como seria possível, permissível e aceitável que se pagasse, novamente, para que se tivesse acesso a algo “oferecido” por ela? Como se pagaria por algo que era público? Que tipo de público (no sentido de que comunidade de pessoas) poderia ter acesso ao conhecimento produzido pela universidade considerando suas possibilidades e limitações ao nível financeiro?

Considerando o papel de interação e o caráter de transformação entre universidade e sociedade, bem como os “benefícios” gerados à comunidade, é interessante discutir como se organizam as atividades de extensão da UFRGS, nesse estudo em particular os vinculados ao curso de Educação Física, problematizando a lógica de organização das atividades ligadas ao curso, que tipo de “comunidade” tem acesso a esses projetos, bem como que tipo de extensão é apresentada. Assim, tenho como objetivo analisar as atividades de extensão do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. Material e Metodologia

Este estudo classifica e cataloga as atividades de extensão a partir de dados recolhidos junto a COMEX-EsEFID e PROREXT. Justifico seu caráter exploratório-descritivo pelos elementos similares a ambos planos de investigação, explorando o universo extensionista e também descrevendo fatos e fenômenos.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A pesquisa de campo foi utilizada por mim na produção de dados e informações dentro da própria EsEFID, campus localizado no bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre. O uso dessa técnica me remeteu a organização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, indicando a necessidade de observar os documentos orientadores da política extensionista da instituição (valendo-me da pesquisa documental), bem como da sistematização e organização das atividades extensionistas em seu campo de atuação, junto à COMEX, no contato com os coordenadores, etc. A pesquisa de campo, para Marconi e Lakatos (2003), não é uma simples coleta de dados, mas consiste na observação de fatos e fenômenos no seu local de ocorrência, na coleta de dados e registro daquilo que se presume ser relevante analisar.

A pesquisa documental se enquadra na ordem da documentação indireta (MARCONI E LAKATOS, 2003), para recolher informações prévias sobre a extensão da UFRGS. No meu caso específico utilizei documentos públicos (oficiais) disponíveis. Para analisar a extensão praticada na Educação Física é preciso reconhecer os documentos orientadores da instituição, que provavelmente guiam a sua política.

O uso da pesquisa de campo e documental é amparada por uma revisão de literatura, elemento chave para entender a extensão e a universidade. Marconi e Lakatos (2003, p. 104) consideram que a organização de um referencial teórico (Revisão de Literatura) é essencial para que se possa “interpretar, explicar e compreender a realidade”.

A escolha da “amostra” é intencional, pois quero me limitar a analisar um grupo específico (atividades de extensão da Educação Física da UFRGS) dentro de um universo (atividades de extensão da UFRGS/EsEFID). Marconi e Lakatos (2003, p. 223) afirmam que “o conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

As atividades de extensão do curso de Educação Física da UFRGS foram levantadas e organizadas a partir da relação fornecida pela Comissão de Extensão (COMEX) da EsEFID. Tendo em vista que as atividades de extensão podem ser

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

cadastradas a qualquer momento, estabeleço como “ponto de corte” a relação das propostas de atividades de extensão encaminhadas à COMEX em fevereiro de 2015 (para aprovação/renovação), antes do início do semestre, para que pudesse organizar um quadro que não necessitasse ser constantemente atualizado, atrasando a realização do meu trabalho. Reconheço que me escaparão algumas atividades de extensão, limitação concreta em meu estudo, mas que ainda me permitirá levantar a maioria das atividades existentes.

Esse estudo pode ser ainda definido como qualitativo-quantitativo, pois se propõe tanto a adotar um caráter mais analítico, através do levantamento de dados objetivos como número de atividades de extensão da EsEFID e da Educação Física, valendo-se da descrição e uso de percentuais para tal, por exemplo. Além disso, também incorpora um viés interpretativo, através da reflexão crítica realizada a partir dos dados levantados, mas considerando que não existe neutralidade na pesquisa científica, de modo que me posiciono com base na minha história e interesses (DE SOUSA MARTINS, 2004).

Após o levantamento das atividades de extensão, passei a classificar as mesmas, com o objetivo de organizar os dados, para que pudesse observar como se organiza a extensão da Educação Física, quantas atividades “oferece”, para onde se direcionam, que categorias abarcam dentro da extensão da UFRGS, etc. Utilizei os principais documentos orientadores das atividades de extensão universitária que encontrei, como as Resoluções nº 26/2003 e nº 17/2015 (que normatizam as atividades de extensão na UFRGS), os documentos do FORPROEX que apresentam a organização e sistematização da extensão universitária (FORPROEX, 2007), bem como alguns documentos adicionais, escolhidos sob meu critério, que buscava unicamente elucidar a organização dos dados.

Meu próximo passo nessa trilha metodológica foi lançar um olhar para as atividades de extensão de acordo com três dimensões: Existência de cobrança pela participação das atividades (existência de taxa), local de realização da atividade (local da atividade) e o público alvo ao qual visava relacionar-se (ou “atender”). Para tal, passei primeiramente a

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



observar o catálogo de ações de extensão da UFRGS², na busca por detalhes que apresentem a descrição específica que desejo.

Um importante aspecto do trabalho, já brevemente citado, é preciso ser elucidado no que toca a definição de “comunidade”. Dada a aproximação que busco com os pressupostos da extensão popular, sem desconsiderar o modo de ser/fazer extensão da UFRGS, que, é preciso dizer, tem se apresentado cada vez mais distante das perspectivas de uma extensão direcionada as camadas populares, não me eximo de realizar a diferenciação da “comunidade” que perpassa a extensão, organizando-a em dois grandes grupos, a saber: a dita comunidade acadêmica e a comunidade não acadêmica.

Retomo a definição de José Francisco de Melo Neto (2002) da comunidade acadêmica: alunos, servidores não docentes e servidores docentes. Acrescento, ainda, seus possíveis dependentes (filhas e/ou filhos), visto que têm acesso a serviços que a comunidade sem vínculo com a UFRGS não possui (tratando nesse caso da especificidade da instituição) como, por exemplo, a creche. Essa inclusão não é preconizada em trabalhos anteriores e a coloco sob o argumento de que dependentes de servidores que acessam serviços de extensão que os tem como público alvo específico se situam numa posição de “privilégio”, dado que já podem acessar a estrutura da universidade desde cedo (fazendo alusão ao caso da Creche da UFRGS, por exemplo).

A comunidade que, não fosse o contato com a extensão, não manteria qualquer tipo de conexão com a universidade (um trabalhador, sem ensino superior, que participa de uma ação de extensão, por exemplo) será caracterizada como comunidade não acadêmica. Nesse espectro estarão organizadas todas as atividades de extensão que possuam majoritariamente indivíduos que “não pertencem” à universidade, acessando-a unicamente através da extensão. Essas serão tidas como atividades comunitárias ou voltadas à comunidade não acadêmica.

²<http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Resultados e Discussões

Foram encontradas 88 atividades de extensão na EsEFID. Evidentemente, nem todos os projetos encontram-se em vigor, visto que alguns se caracterizam como eventos, encontros, simpósios e projetos vinculados a pesquisas de curta duração (experimentais), etc.

A hegemonia da Educação Física salta aos olhos ao se diferenciar a quantidade de ações e propostas por curso, ainda que, considerando a brevidade da presença dos cursos de Fisioterapia e Dança no campus, estes tenham ganhado considerável espaço: Das 88 atividades, 52 (cerca de 60%) são oriundas do curso de Educação Física (elaboradas por professores vinculados ao curso), 24 advêm da Fisioterapia e oito são originárias de professoras (es) do curso de Dança.

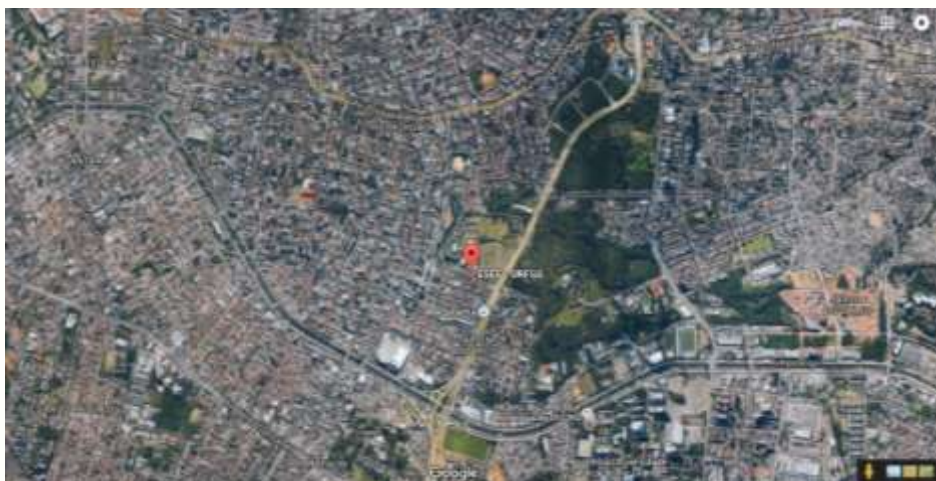
A EsEFID se localiza no bairro Jardim Botânico, conhecido como um “bairro nobre” e que, a título de exemplo, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social elaborado pela Prefeitura de Porto Alegre (2007)³ se localiza dentro dos bairros com excelentes indicadores (0,901, sendo o bairro Moinhos de Vento o com melhor classificação – 0,993 - e o bairro Arquipélago – 0,091 - e Serraria – 0,232 – os com piores classificações). Suas vizinhanças, Jardim do Salso (0,907), Bela Vista (0,977) e Santana (0,943), também possuem indicadores de vulnerabilidade excelentes, sendo que apenas os bairros Partenon (0,782) e Bom Jesus (0,512) se situam em situações de vulnerabilidade menos salientes de acordo com o indicador utilizado.

³ O índice de vulnerabilidade foi composto com o intuito de fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é formado com base em oito indicadores percentuais, a saber: domicílios com abastecimento de água não adequado, com esgotamento sanitário não adequado, sem banheiro nem sanitário; com responsáveis pelo domicílio com renda de até 1 salário mínimo e 2 salários, com pessoas com menos de 4 anos de estudo, com pessoas de 0 a 14 anos e % de mulheres responsáveis pelo domicílio analfabetas.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Fonte: Google Maps

A existência de uma hegemonia de atividades de extensão sendo realizadas nas dependências da EsEFID (94%), considerando a situação de vulnerabilidade apresentada no parágrafo acima, que é meramente ilustrativa mas dá um panorama inicial do público que reside na vizinhança da escola, implica a “aproximação” e/ou oferta dessas ações a uma população que possui uma condição de vida mais abastada em comparação a comunidades mais afastadas, como aquelas da Serraria, ou, ainda, da Restinga e Lami, bairros mais afastados do centro da cidade e da própria EsEFID e reconhecidamente tidos como “populares”.

Ao se situar numa região composta hegemonicamente por famílias com condições “favoráveis”, se colocando distante das comunidades mais carentes e populares da cidade, a EsEFID, e porque não a universidade, se fecha em sua redoma, “ofertando” atividades dentro de seus muros, deixando aberta a “disputa” pelas suas vagas aqueles que conseguem chegar até ela.

Obviamente, para quem reside próximo da zona de localização da escola, bem como possui boas condições financeiras, que viabilizam transporte até o local onde são desenvolvidas as atividades, como, por exemplo, ter a sua disposição um motorista, como pode ser observado na rotina de algumas atividades oferecidas ao público idoso no centro natatório da EsEFID, o acesso à estrutura de extensão da universidade fica muito mais

ISBN: 978-85-93416-00-2



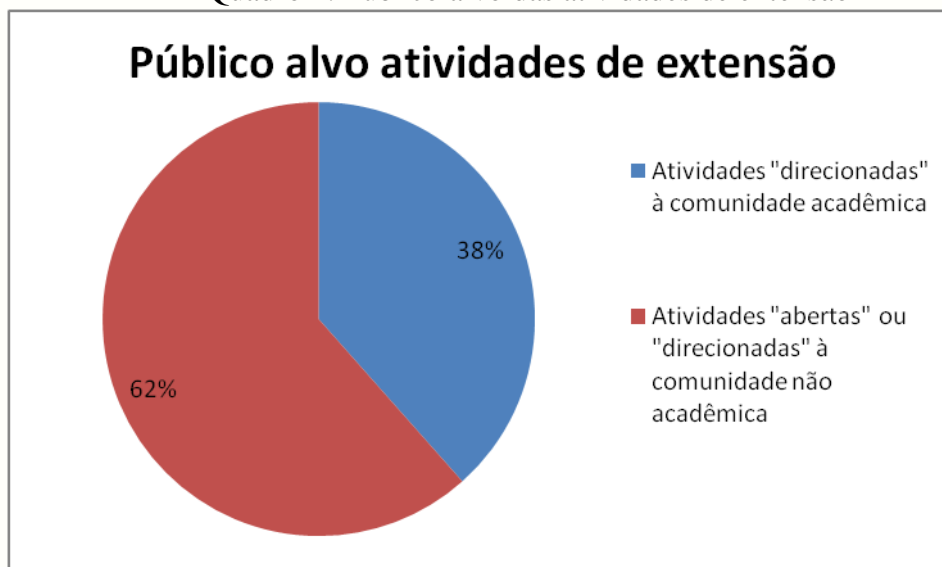


7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Quadro 1: Público alvo das atividades de extensão



É sabido no interior da EsEFID que muitas atividades de extensão exigem o pagamento de uma “taxa para participação”, fator que se mostra contraditório quando se observam os objetivos da extensão enquanto meio de aproximação com a comunidade/sociedade, pois direciona o acesso à extensão a uma minoria que tem condições de arcar com as taxas impostas, que estranhamente não deveriam existir tratando-se de uma Universidade Pública. Apesar do exposto, verifico que a maior parte das ações de extensão organizadas pela Educação Física se colocam isentas de qualquer tipo de cobrança, pois 67% dessas (35) se são gratuitas.

Muitas atividades na Educação Física estão organizadas vinculadas à pesquisas (organizadas de acordo com a dinâmica particular dos grupos de pesquisa que a propõe no que toca o problema, metodologia, etc.), partindo de uma realidade que geralmente implica a existência de um projeto pré-existente, que necessita de “amostra” e visa “levantar dados” para elaboração de experimentos/teorias, valendo-se da comunidade “não acadêmica” para lhe fornecerem material empírico para abastecer o conhecimento da universidade. Levanto que relação de extensão é essa que coloca uma atividade de extensão direcionada à oferta de um protocolo de treinamento para posterior coleta de dados.

ISBN: 978-85-93416-00-2



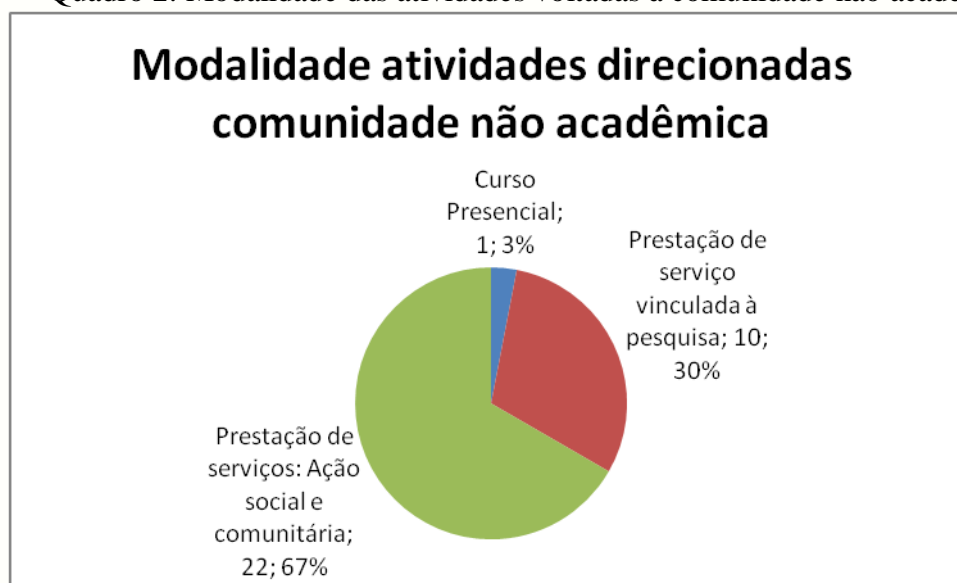
7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Das 35 ações de extensão gratuitas, 10 (28%) são caracterizadas no catálogo das ações de extensão da UFRGS como “Prestação de serviço vinculada à pesquisa”, se colocando longe do conceito de extensão formalizado pela própria universidade, e, ainda, vinculando essa relação de prestação de serviços a projetos de pesquisa. Mais da metade das atividades gratuitas da EsEFID (71%) estão assentados na lógica de prestação de serviço.

Quadro 2: Modalidade das atividades voltadas à comunidade não acadêmica



A maior parte das atividades direcionadas à comunidade não acadêmica era tida como ação social e comunitária (69%; 22 atividades), ainda sob relação de prestação de serviço, concepção de extensão que sofre muitas críticas por não se colocar efetivamente na alteração da realidade local, se reduzindo ao assistencialismo. Centrei minha observação e análise nesse campo de atividades, (direcionadas à comunidade não acadêmica).

Mesmo nas atividades que podem ser caracterizadas como assistencialistas e organizadas de modo que a comunidade tenha que se aproximar da universidade, pois elas não se organizam buscando o encontro no território, verifico que há a uma restrição de ordem financeira, que coloca entrave adicional na participação das camadas populares e que contribui ainda mais para que uma reduzida minoria tenha acesso ao “serviço”.

ISBN: 978-85-93416-00-2



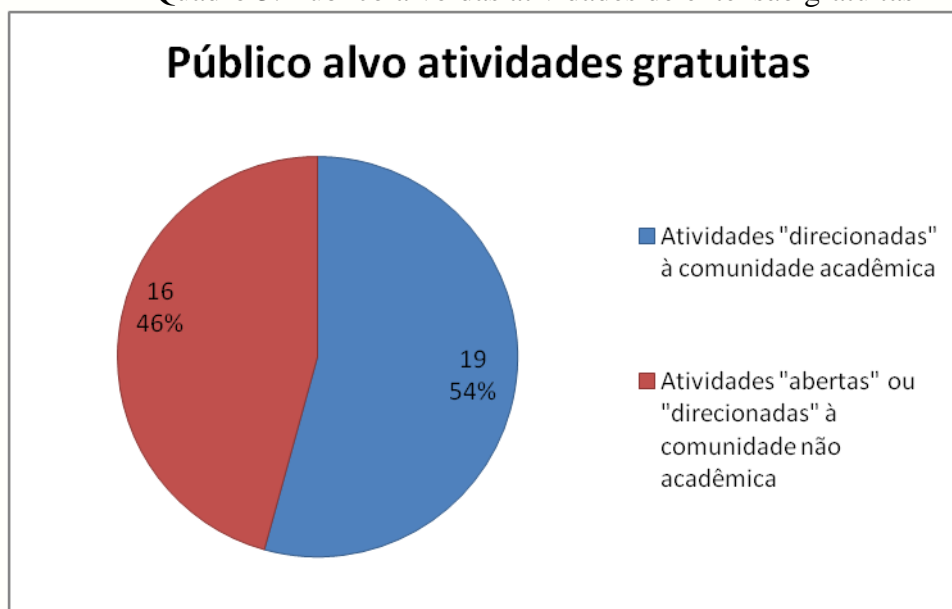
7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Metade das atividades comunitárias implica a cobrança de taxas (50%). Mesmo considerando apenas as atividades voltadas à comunidade permanece considerável presença de atividades pagas. O número de atividades gratuitas (35) e direcionadas a comunidade (32) dentro do total (52) são similares, mas, paradoxalmente, a maioria das gratuitas é direcionada à comunidade acadêmica, enquanto que ao se observar as que se direcionam para a comunidade externa se encontra igualdade na presença de atividades com pagamento (50% pagas e 50% gratuitas).

Quadro 3: Público alvo das atividades de extensão gratuitas



Das 52 atividades organizadas pelo curso de Educação Física da UFRGS, apenas 16 (30%) são classificadas como gratuitas e direcionadas à comunidade, sendo que, destas, 10 (19%), são definidas como ações sociais e comunitárias. Cinco (9%) se colocam como ações vinculadas à pesquisas, organizada por grupos especificamente com o intuito de “produzir conhecimento”. Assim, apenas 19% das atividades extensionistas do curso são colocadas como gratuitas e direcionadas à comunidade não acadêmica, apesar de calcadas na prestação de serviço, e não indicam a construção de uma extensão que contemple a troca de saberes, diálogo, transformação social, etc.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Quadro 4: A extensão universitária e a comunidade não acadêmica: a gratuidade ea territorialidade

Ações EFI	n	%
Atividades gratuitas, direcionadas à comunidade e com modalidade "prestação de serviço:ação social e comunitária"	10	19
Atividades gratuitas, direcionadas à comunidade, com modalidade "prestação de serviço:ação social e comunitária" e realizadas fora da EsEFID	3	6

Quando, por fim, acrescenta-se o fator geográfico às atividades gratuitas e direcionadas à comunidade não acadêmica apenas três atividades (6%) da Educação Física, dentro de 52 existentes, contemplam elementos que possam se aproximá-la do popular, pois são realizados “na comunidade” (fora da universidade), gratuitos, definidos como ação social e comunitária (mas mantendo a prestação de serviço como base).

O paradigma que se coloca na extensão da Educação Física é que há muitas ações direcionadas à comunidade, mas metade dessas exige cobrança (50%). Por outro lado, a maior parte das atividades gratuitas é direcionada para dentro da própria instituição (54%). Logo, o que se oferece de modo aberto é “vendido” (mercantilizado) e o que se oferece de modo gratuito é elitizado, por voltar-se à própria instituição.

Kátia Ribeiro (2009), ao analisar as práticas extensionistas do curso de Fisioterapia, reconhecia um quadro que considero semelhante ao encontrado na Educação Física, em que “predominam práticas de extensão de cunho assistencialista, muitas vezes realizadas de forma pontual, não se caracterizando como projetos de extensão” (p. 338). Apesar dos cursos apresentarem matrizes curriculares diferentes, o *modus operandi* da extensão não me parece se restringir a um curso, mas a toda universidade, resultado de um movimento que coloca a instituição voltada para amenizar as mazelas sociais. Mesmo os projetos que funcionam regularmente, em sua maioria, têm como objetivo prestar assistência à população nos serviços da própria instituição de ensino (*idem*).

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Essa relação Universidade-Sociedade calcada na “assistência” é observada na maior parte das atividades de extensão da Educação Física, principalmente as gratuitas, pois, além de colocar a instituição a espera da chegada da comunidade, essa se resume a prestar um serviço, perspectiva assistencialista de extensão universitária, que “incorpora a ideia de prestar serviços pontuais [...] com a intenção de não se envolver com suas causas estruturais (CRUZ, 2011, p. 44).

Esse modelo de extensão (assistencialista) observado na maior parte das atividades da Educação Física não é singular e possui raízes profundas, resultado do modelo americano de organização da extensão, que se calcava na prestação de serviços, já nos anos 60 e que foi largamente difundido pela ditadura militar, voltando-se para uma relação assistencialista-conservadora, uma vez que “as ações extensionistas em sua maioria são voltadas para a manutenção de desigualdades sociais” (JEZINE, 2004, p. 4).

É possível notar, ainda, o surgimento de outra lógica de relação extensionista, que se baseia na prestação de serviços que oferecem retorno financeiro à universidade (pagos), indicando a existência de uma interação “mercantilista/mercadológica” de extensão. A parceria ou venda de serviços seria o meio de articular a universidade aos demais setores da sociedade civil, tornando-a uma produtora de bens e de serviços. (JEZINE, 2004, p. 4-5).

Obviamente, a extensão da Educação Física da UFRGS é resultado de um processo histórico em que a universidade tem sido pressionada constantemente a adequar-se às demandas impostas pelo capital privado, além da forte influência do modelo político econômico neoliberal, que escassa recursos à instituição e a submete às demandas do mercado, que exige competitividade, produtividade, flexibilidade e eficiência, ignorando perspectivas de transformação social e de aproximação com a realidade das comunidades locais.

Essa concepção de extensão, apesar de recente, se mostra perversa, ao afastar completamente as práticas da comunidade, tornando o conhecimento da universidade um

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



produto que se coloca a venda, deixando de voltar seu foco para grupos historicamente excluídos e passando a tratar a todos como consumidores. O produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial (JEZINE, 2004, p. 4). A autora ainda argumenta que essa lógica de extensão subjaz um projeto privatista de universidade que acaba se opondo ao caráter público e gratuito que é base da identidade da instituição, substituindo a igualdade de acesso pelo pagamento de taxas.

Assim, é possível observar na miscelânea de modalidades e tipos de atividades extensionistas disponibilizada pela educação física da UFRGS semelhanças que reproduzem a histórica dualidade de extensão praticada no Brasil: o modelo europeu, destinado a retroalimentar a universidade, calcado na realização de cursos e conferências; e o americano, que se embasa na prestação de serviços à comunidade que não tem acesso ao ensino (NOGUEIRA, 2001). Reduzir a extensão à influência desses dois modelos, não superando ou rompendo com essas práticas assistencialistas e mercantilistas, impede que a universidade se volte aos anseios das camadas populares ou sequer cumpra sua função social, assim como coloca a extensão num nível de reprodução da estrutura social atual.

As atividades de extensão da Educação Física da UFRGS se enquadram na lógica assistencialista (gratuitos, direcionados a comunidade) e mercantilista (pagos, direcionados a comunidade), analisando-os de acordo com o referencial de Jezine (2004). Apesar disso, ainda surgem indicativos de um outro modelo ou prática de extensão⁴, que acaba colocando a comunidade como “amostra” para estudos, visto que organiza as atividades de

⁴Extensão Produtivista-Laboratorial: Formulei esse conceito de extensão por entender que avança ainda mais nas práticas produtivistas dentro da universidade, pois, mesmo incorporando o assistencialismo da prestação de serviços ou o mercantilismo da cobrança de taxas, ainda se organizam através da “atração” à comunidade pela oferta de serviços (treinamento, por exemplo, na lógica laboratorial), mas que, de fato, visa o recrutamento de amostra para construção de pesquisas e posterior publicação de artigos científicos, daí a inclusão do termo “produtivista”. Alguns grupos de pesquisa possuem históricas atividades de extensão que sistematicamente conduzem pesquisas para abastecer Lattes e angariar fundos via editais de fomento à pesquisa, sempre se defendendo com base no argumento da responsabilidade social da oferta de serviços à população. Não posso afirmar que esse

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



extensão voltadas à pesquisa e seleciona indivíduos que se enquadrem nos “critérios de inclusão” necessários ao andamento do estudo. Não se pode afirmar sequer que essa prática seja caracterizada como extensão universitária, pois, tomando a crítica de Paulo Freire (1983), ela não se estende a nada, mantém-se na própria instituição.

4. Conclusão

Saliento a necessidade de romper os muros da universidade, aproximando as comunidades, com base no diálogo, respeitando e valorizando os saberes populares; para que se construa, assim, uma instituição calcada nos interesses da população que não tem acesso aos saberes e conhecimentos produzidos no âmbito da universidade e caminhando rumo a uma efetiva transformação social. Admitir a limitação da extensão é assumir sua influência como parte de um todo e permitir a adoção de estratégias possíveis; utópicas, mas que de fato tenham um horizonte que supere a realidade encontrada, por exemplo, no cenário da Educação Física da UFRGS.

5. Referências

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, Vol. 19, pp. 20-28, Jan-Abr, 2002.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão Popular: A reinvenção da Universidade**. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Educação Popular na formação universitária: Reflexões com base em uma experiência. João Pessoa: Editora Univeritária da UFPB, 2011.

DE MELO NETO, José Francisco (org.). **Extensão universitária: diálogos populares**. Editora Universitária, 2002.

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, p. 165, 1996.

quadro seja encontrado em outros cursos e realidades na universidade, de modo que pode ou não representar um traço característico da Educação Física da UFRGS.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª edição. Paz e Terra, 1983.

FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (FORPROEX).

Extensão Universitária: organização e sistematização. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

JEZINE, Edineide. As **práticas curriculares e a extensão universitária.** In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. p. 1-5.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, K. S. Q. S. **A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, 2009.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROEXT). **Resolução nº 26/2003.** Disponível em <<http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

UFRGS. Pró-reitoria de Extensão (PROEXT). **Resolução nº 17/2015.** Disponível em <<http://www.ufrgs.br/prorext/prorext-1/extensao>>. Acessado em 12 de Outubro de 2014.

ISBN: 978-85-93416-00-2

